

Demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

30 de junho de 2011

com relatório dos auditores independentes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Tietê - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Em 30 de junho de 2011, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no período de seis meses findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do Projeto e da consequente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não para as companhias de capital fechado, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de agosto de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	71.932	75.125
Contas a receber (Nota 5)	12.620	11.385
Despesas antecipadas	1.717	1.162
Outros ativos	1.541	601
	<u>87.810</u>	<u>88.273</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 6.a)	4.959	2.251
Despesas antecipadas	244	-
Imobilizado (Nota 7)	1.904	1.641
Intangível (Nota 8)	728.251	715.845
	<u>735.358</u>	<u>719.737</u>
Total do ativo	<u><u>823.168</u></u>	<u><u>808.010</u></u>

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	9.525	9.922
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	483.104	449.472
Credor pela concessão	384	391
Obrigações tributárias	2.006	2.118
Obrigações trabalhistas	1.651	2.125
Provisões (Nota 11)	69.869	84.744
Outros passivos	20	20
	566.559	548.792
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	7.878	6.525
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.c)	36.024	34.057
Outros passivos	17	27
	43.919	40.609
Total do passivo	610.478	589.401
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social subscrito	240.000	240.000
Capital social a integralizar	(16.422)	(16.422)
Capital social integralizado	223.578	223.578
Prejuízos acumulados	(10.888)	(4.969)
Total do patrimônio líquido	212.690	218.609
Total do passivo e patrimônio líquido	823.168	808.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita operacional líquida (Nota 13)	85.418	73.537
Custos dos serviços prestados (Notas 14 e 15)	(49.798)	(39.473)
Lucro bruto	35.620	34.064
Despesas (receitas) operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(5.010)	(7.225)
Honorários da administração (Nota 10.b)	(421)	(380)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(116)	4
	(5.547)	(7.601)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	30.073	26.463
Despesas financeiras (Nota 16)	(42.534)	(31.489)
Receitas financeiras (Nota 16)	3.834	105
	(38.700)	(31.384)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.627)	(4.921)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	2.708	1.629
Prejuízo do período	(5.919)	(3.292)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações – em R\$ (Nota 17)	(0,265)	(0,163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	189.000	(3.822)	185.178	(3.911)	181.267
Subscrição de capital social (Nota 12.a)	51.000	(51.000)	-	-	-
Integralização de capital social (Nota 12.a)	-	38.400	38.400	-	38.400
Prejuízo do período	-	-	-	(3.292)	(3.292)
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>240.000</u>	<u>(16.422)</u>	<u>223.578</u>	<u>(7.203)</u>	<u>216.375</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	240.000	(16.422)	223.578	(4.969)	218.609
Prejuízo do período	-	-	-	(5.919)	(5.919)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>240.000</u>	<u>(16.422)</u>	<u>223.578</u>	<u>(10.888)</u>	<u>212.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	30/06/2011	30/06/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(5.919)	(3.292)
Prejuízo do período		
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	(2.708)	(1.629)
Depreciação e amortização (Nota 15)	6.058	4.709
Juros e variações monetárias sobre as obrigações com o Poder Concedente (Nota 16)	4.741	12.517
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	35.391	16.431
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 16)	1.967	-
Provisão para demandas judiciais	116	42
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	1.512	838
	41.158	29.616
Varição nas contas de ativo:		
Contas a receber	(1.235)	(2.450)
Despesas antecipadas	(799)	(435)
Outros ativos	(940)	78
Varição nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(397)	(1.743)
Credor pela concessão – ônus variável	(7)	(13)
Obrigações tributárias	(112)	(1.410)
Obrigações trabalhistas	(474)	382
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos (Nota 11.b)	(19.891)	(3.919)
Outros passivos	(10)	(414)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.293	19.692
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 7.b)	(409)	(255)
Investimentos no ativo intangível (Nota 8.b)	(18.318)	(6.014)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(18.727)	(6.269)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	484.200	102.733
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	(485.959)	(12.017)
Pagamento de credor pela concessão - ônus fixo	-	(145.034)
Integralização de capital social	-	38.400
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.759)	(15.918)
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(3.193)	(2.495)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	75.125	9.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	71.932	6.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas		
Receitas de pedágio (Nota 13)	73.064	69.380
Receita dos serviços de construção (Nota 13)	18.459	9.764
Receitas acessórias (Nota 13)	206	385
	<u>91.729</u>	<u>79.529</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção (Notas 14 e 15)	(18.459)	(9.764)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.734)	(34.637)
Custo da concessão – ônus variável (Notas 14 e 15)	(2.198)	(2.093)
	<u>(43.391)</u>	<u>(46.494)</u>
Valor adicionado bruto	<u>48.338</u>	<u>33.035</u>
Depreciação e amortização (Nota 15)	(6.058)	(4.709)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>42.280</u>	<u>28.326</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 16)	3.834	105
	<u>3.834</u>	<u>105</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>46.114</u>	<u>28.431</u>
Pessoal (Nota 10.a)		
Salários e remunerações	(6.716)	(6.216)
Benefícios	(1.500)	(1.314)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(2.779)	(5.585)
Municipais	(3.625)	(2.111)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 16)	(1.967)	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	(35.391)	(16.431)
Aluguéis	(55)	(66)
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do período	5.919	3.292
Total do valor distribuído	<u>(46.114)</u>	<u>(28.431)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT” ou “Companhia”), com sede na Rua Rafael de Campos, 615, centro, cidade de Tietê, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, para pagamento à ARTESP, foi de R\$517 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPC-A, pagos 20% à vista e o restante em 18 parcelas mensais e consecutivas (de maio de 2009 a outubro de 2010). A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credor pela concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Pavimentos (recuperações): plano de restauração do pavimento existente, compreendendo toda malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, abrangendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 e contornos, além dos respectivos acessos, totalizando cerca de 345 km de rodovias e contornos e 62 km de acessos;
- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Na data de assinatura do contrato, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia era de R\$793 milhões (R\$1.383 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle, melhorando as condições de tráfego e oferecendo maior conforto e segurança aos usuários. A arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, incidente sobre as tarifas de pedágio, também favorecerá o desenvolvimento de programas sociais pelo poder público e investimentos no setor de transporte, como a recuperação e manutenção de estradas municipais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, como publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

A Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias. No entanto, no dia seguinte ao início da cobrança das tarifas dos pedágios, 18 de novembro de 2009, a Companhia foi surpreendida por uma liminar para suspensão da cobrança das tarifas, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar suspendeu a cobrança entre os dias 18 e 24 de novembro para a praça de pedágio situada no município de Conchas e entre os dias 20 e 24 de novembro para as demais praças. Essa liminar foi cassada e a administração irá pleitear o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação Financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$5.919 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$478.749. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto por notas promissórias com vencimento para 17 de dezembro de 2011, no montante de R\$483.104 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

A Companhia pretende captar recursos no valor principal total de até R\$350.000, através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, além de, aproximadamente, R\$355.000 a serem disponibilizados através de um financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na modalidade de operação mista, que compartilhará das mesmas garantias, a serem constituídas no âmbito da emissão de debêntures. Esses recursos serão utilizados para a liquidação das notas promissórias e para a realização dos investimentos necessários ao atendimento das obrigações (Capex) decorrentes da Concessão.

A obtenção desses recursos financeiros propiciará à Companhia mudar o perfil da dívida, eliminando os compromissos de curto prazo e reduzindo as despesas financeiras, em função dos encargos financeiros menores que deverão incidir sobre o principal dessas operações.

A Companhia pretende arquivar pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários, de forma a possibilitar a emissão de debêntures públicas. A emissão das debêntures públicas depende da aprovação da ARTESP, do registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e de negociações com bancos comerciais e o BNDES que estavam em andamento em 29 de agosto de 2011.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação Financeira--Continuação

Os acionistas e certas partes intervenientes garantidoras comprometem-se, em um acordo de suporte financeiro celebrado entre as partes, durante o período entre a assinatura do acordo e a integral liquidação das notas promissórias, entre outros compromissos, a efetuar todos os aportes de recursos na Companhia e/ou reforço de garantias, solicitados pela administração da Companhia, no limite das respectivas participações acionárias na Companhia, para assegurar:

- (i) a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010);
- (ii) o resgate antecipado das notas promissórias que não forem objeto de liquidação com os recursos obtidos com os financiamentos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e mediante a emissão de debêntures pela Companhia;
- (iii) que seja suprida toda e qualquer insuficiência de recursos que se façam necessários para suportar os investimentos e ou para regular a operação do Projeto, sendo que tais recursos poderão ser aportados sob a forma de mútuo e/ou empréstimo subordinado, em termos e condições de subordinação satisfatórios aos titulares das Notas Promissórias; e,
- (iv) o pagamento das notas promissórias por ocasião de seu vencimento, antecipado ou não, incluindo principal, juros e demais encargos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*“International Financial Reporting Standards – IFRS”*) emitidas pelo *“International Accounting Standards Board – IASB”*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2011.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinado no contrato de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía investimentos mantidos até o vencimento.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis ou (iii) investimentos mantidos até o vencimento. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos financeiros, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, credor pela concessão e mútuos a pagar a partes relacionadas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação.

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia estão classificados nessa categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa n° 18.

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível;

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização; e,
- Credor da Concessão: decorrente das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

As mensurações dos respectivos valores presentes foram calculadas com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, à taxa de desconto de 5,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo não circulante		
Provisão para investimentos em rodovias a valor nominal	74.520	91.510
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	73.363	88.513
Ajuste a valor presente	1.157	2.997
	<hr/>	<hr/>
Provisão para manutenção a valor nominal	6.566	4.270
Provisão para manutenção a valor presente	4.226	2.714
Ajuste a valor presente	2.340	1.556
	<hr/>	<hr/>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.8) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Demonstrações dos valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.14) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito diferentes do resultado. Dessa forma, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.15) Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém, espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração tenha impacto significativo suas demonstrações financeiras.
- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 11 – Joint Ventures - O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.15) Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Companhia--Continuação

- IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação dessa norma.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação dessa norma.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 1º de julho de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas;
- IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;

A Companhia avaliará os impactos na adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter algum impacto no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 11.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Disponibilidades	6.039	3.958
Aplicações financeiras	<u>65.893</u>	<u>71.167</u>
	<u>71.932</u>	<u>75.125</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.648	9.716
Cartões de pedágio a receber	327	769
Valores em trânsito	<u>2.645</u>	<u>900</u>
	<u>12.620</u>	<u>11.385</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.605	321
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	54	14
Provisão para participação nos lucros	-	293
Provisão para perdas sobre outros créditos	80	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	1.437	922
Provisão para investimentos em rodovias	24.944	30.094
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	(20.100)	(26.864)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.877	2.011
	<u>11.897</u>	<u>6.872</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(6.938)	(4.621)
	<u>(6.938)</u>	<u>(4.621)</u>
Líquido	<u>4.959</u>	<u>2.251</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credor por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Amparada no parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM 371, a Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no período	3.284	-	3.284
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	40	-	40
Provisão para participação nos lucros	(293)	-	(293)
Provisão para perdas sobre outros créditos	(1)	-	(1)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	515	-	515
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	987	-	987
Reversão do ajuste a valor presente	627	-	627
Pagamento da provisão pela realização de obras	(6.724)	-	(6.724)
Amortização do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(134)	-	(134)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.724	(2.317)	4.407
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>11.897</u>	<u>(6.938)</u>	<u>4.959</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.627)	(4.921)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	2.933	1.673
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(134)	-
Diferenças permanentes	(91)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	<u>2.708</u>	<u>1.629</u>
Alíquota efetiva	<u>31%</u>	<u>33%</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos da administração	10	2.443	(539)	1.904	1.641
		2.443	(539)	1.904	1.641

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Equipamentos da administração	2.034	409	2.443
Total do custo	2.034	409	2.443
Depreciação	(393)	(146)	(539)
Líquido	1.641	263	1.904

A Companhia revisou, em 1º de janeiro de 2010, a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme ICPC 10, e não identificou necessidade de alteração na vida útil-econômica anteriormente considerada.

8. Intangível

a) Composição

		30/06/2011		31/12/2010
		Custo	Amortização	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(14.044)	528.200
Direito de exploração da infraestrutura				532.050
Gastos iniciais da concessão	(ii)	106.046	(2.747)	103.299
Serviços de construção	(iii)	91.059	(2.342)	88.717
Outros	(iv)	7.574	(196)	7.378
Direito de uso de software		834	(177)	657
		747.757	(19.506)	728.251
				715.845

(i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

a) Composição--Continuação

- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC01, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir à medida que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011			
	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Direito de outorga da concessão	532.050	-	(3.850)	528.200
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	104.051	-	(752)	103.299
Serviços de construção	71.717	18.187	(1.187)	88.717
Outros	7.432	-	(54)	7.378
Direito de uso de software	595	131	(69)	657
	715.845	18.318	(5.912)	728.251

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

9. Empréstimos e financiamentos

<u>Instituição financeira</u>	<u>Modalidade</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco do Brasil S.A.	Nota promissória	139.589	129.744
BES Investimento do Brasil S.A.	Nota promissória	139.553	129.758
Banco ABC Brasil S.A.	Nota promissória	64.412	59.873
HSBC Bank Brasil S.A.	Nota promissória	96.618	90.182
Banco Caixa Geral S.A.	Nota promissória	42.932	39.915
		483.104	449.472

Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, com vencimento para 21 de junho de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano.

Em 20 de junho de 2011, a Companhia realizou a segunda emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 17 de dezembro de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da primeira emissão.

Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

a) Benefícios a empregados e administradores

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Salários e encargos sociais	6.716	6.216
Benefícios previstos em lei	660	592
Benefícios adicionais	840	722
	<u>8.216</u>	<u>7.530</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

A Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenho individual, de acordo com metas pré-estabelecidas.

Em 30 de junho de 2011, o plano de participação nos resultados e pagamento de bônus aos gestores para o resultado de 2011 encontra-se sob análise da administração. Consequentemente, nenhuma provisão relativa a este plano foi registrada nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2011.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração da administração

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e honorários da administração, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e participação nos resultados. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, esses benefícios totalizaram R\$421 (R\$380 no mesmo período de 2010) e estão registrados separadamente na rubrica Honorários da administração, na demonstração do resultado.

c) Mútuos a pagar

	Mútuos a pagar		Despesa financeira
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011
Cibe Investimentos e Participações S.A.	18.012	17.028	983
Opway - Engenharia S.A.	14.410	13.623	787
Leão & Leão Ltda.	3.602	3.406	197
	36.024	34.057	1.967

Os contratos de mútuos foram celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide nota explicativa nº 1).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	30/06/2011	31/12/2010
Provisão para demandas judiciais	158	42
Provisão para investimentos em rodovias	73.363	88.513
Provisão para manutenção em rodovias	4.226	2.714
	77.747	91.269
Parcela classificada no passivo circulante	(69.869)	(84.744)
Não-circulante	7.878	6.525

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Adicionalmente, não foram computados na provisão para perdas registrada nas demonstrações financeiras o montante de R\$2.735 (R\$2.287 em 31 de dezembro de 2010) decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. Segue a movimentação no período:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	91.510	2.901	-	(19.891)	74.520
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	1.840	-	(1.157)
	88.513	2.901	1.840	(19.891)	73.363

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2011	31/12/2010
2011	69.326	84.744
2012	1.065	995
2013	1.765	1.648
2014	44	41
2015	1.041	972
2016	122	113
	73.363	88.513

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	4.270	2.296	6.566
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.556)	(784)	(2.340)
Saldo	2.714	1.512	4.226

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos).

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2011, o capital social está representado por 22.357.800.000 ações ordinárias (22.357.800.000 em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2010), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 30 de junho de 2011		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	49,99%	11.178.608.214	820.935.780	11.999.543.994
Opway - Engenharia S.A.	40,00%	8.943.119.996	656.880.000	9.599.999.996
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.779.998	164.220.000	2.399.999.998
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	0,01%	291.780	164.220	456.000
Outros	-	12	-	12
Total		22.357.800.000	1.642.200.000	24.000.000.000

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

O capital social será reajustado anualmente pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas, conforme comentado na nota explicativa nº 1, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010). Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 17 de março de 2010, os acionistas aprovaram, por meio de Assembléia Geral Extraordinária, o desmembramento de ações na proporção de 01 ação para 100 (cem) ações.

Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo Cibe (Heber Participações S.A. e Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio), promoveram uma reestruturação societária, pela qual a Heber Participações S.A. resultou como controladora última e exclusiva do Grupo Cibe. Como resultado dessa reestruturação societária, a Heber Participações S.A. adquiriu 99,99% da participação societária da Equipav S/A Pavimentação, Engenharia e Comércio na Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A., a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A., alterações essas que já foram aprovadas pelo respectivo Poder Concedente, conforme publicado no Diário Oficial do dia 03/12/2010.

Por meio de reunião do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas, foram integralizados ao longo do período de seis meses findo em 30 de junho de 2010, os seguintes montantes: R\$11.500 e R\$26.900, em 17 de março de 2010 e em 19 de abril de 2010, respectivamente. Nessas datas, também foi autorizado o aumento do capital subscrito em R\$21.000 e R\$30.000, respectivamente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembléia geral, podendo, no entanto, a referida assembléia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

13. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio	73.064	69.380
Receita de serviços de construção	18.459	9.764
Receitas acessórias	206	385
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(6.311)</u>	<u>(5.992)</u>
	<u>85.418</u>	<u>73.537</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (3,00%).

14. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Com pessoal	(6.617)	(5.603)
Serviços de terceiros	(7.904)	(8.339)
Depreciação e amortização	(5.912)	(4.586)
Ônus variável da concessão	(2.198)	(2.093)
Manutenção e conservação	(4.733)	(4.565)
Custo dos serviços de construção	(18.459)	(9.764)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.512)	(838)
Outros	(2.463)	(3.685)
	<u>(49.798)</u>	<u>(39.473)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Com pessoal (Nota 10.a)	(8.216)	(7.530)
Serviços de terceiros	(10.341)	(12.808)
Depreciação e amortização	(6.058)	(4.709)
Ônus variável da concessão	(2.198)	(2.093)
Manutenção e conservação	(4.733)	(4.565)
Custo dos serviços de construção	(18.459)	(9.764)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.512)	(838)
Seguros e garantias	(1.525)	(3.203)
Outros	(1.766)	(1.188)
	<u>(54.808)</u>	<u>(46.698)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(49.798)	(39.473)
Despesas gerais e administrativas	(5.010)	(7.225)
	<u>(54.808)</u>	<u>(46.698)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(35.391)	(16.431)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.c)	(1.967)	-
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(4.741)	(12.517)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(93)	(1.704)
Outras despesas financeiras	(342)	(837)
	<u>(42.534)</u>	<u>(31.489)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.811	88
Outros	23	17
	<u>3.834</u>	<u>105</u>
Resultado financeiro	<u>(38.700)</u>	<u>(31.384)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

17. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de resultados por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(5.919)</u>	<u>(3.292)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.800.000</u>	<u>20.255.002.307</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,265)	(0,163)

Conforme comentado na nota explicativa nº 12.a, em 17 de março de 2010 as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 01 ação para 100 ações. Conseqüentemente, para fins de comparabilidade, a média ponderada do número de ações do período de seis meses findo em 30 de junho de 2010 demonstrada acima consideram o efeito desse desmembramento.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Impacto no resultado do período (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		12,50%	15,63%	18,75%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	(36.702)	(43.510)	(50.223)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.904)	(6.087)	(7.271)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado do período (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI		12,50%	9,38%	6,25%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	4.496	3.372	2.248

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros ou rendimentos a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui somente 3 clientes para vendas a prazo. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade do crédito dos clientes.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente para todos os clientes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	483.104	-	483.104
Fornecedores e prestadores de serviços	9.525	-	-	9.525
Credor pela concessão	384	-	-	384
Obrigações tributárias	2.006	-	-	2.006
Obrigações trabalhistas	1.651	-	-	1.651
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.c)	-	-	36.024	36.024
Outros passivos	-	20	17	37
Total	13.566	483.124	36.041	532.731

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25 (70/30 em 31 de dezembro de 2010), como mencionado na nota explicativa nº 1.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos	483.104	449.472
Mútuos a pagar a partes relacionadas	36.024	34.057
(-) Caixa e equivalente de caixa	(71.932)	(75.125)
Dívida líquida	<u>447.196</u>	<u>408.404</u>
Patrimônio líquido	<u>212.690</u>	<u>218.609</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>659.886</u>	<u>627.013</u>

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenizações</u>
Todos os riscos	Riscos operacionais	639.736
	Responsabilidade civil	22.148
	Riscos de engenharia	15.192
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	65.401
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	138.434

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

19. Seguros--Continuação

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.